

## CARTA ÀS JOVENS PÓS-PANDEMIA DE COVID-19

**Alciléia Conceição Cesário de Torres** | Universidade Estácio de Sá (Unesa), Brasil

Alciléia Torres. Quilombola Kalunga. Mãe, poetisa, escritora, produtora de conteúdos. Colaboradora na Associação Quilombola Kalunga (AQK), na Rede Kalunga de Comunicações (RKC) e AJN. Assessora de comunicação. Representante do Poder Executivo, pela Secretaria da Mulher e da Igualdade Racial, no Conselho Municipal de Política Cultura (CMPC) de Cavalcante, Goiás. Estudante de Jornalismo na Unesa, Pólo Cavalcante.

E-mail: alcileiacomunicacao@gmail.com

**Rosiene Francisco dos Santos** | Universidade de Brasília (UnB), Brasil

Rose Kalunga. Quilombola Kalunga. Colaboradora da AQK. Mestra em Turismo. Doutoranda do Programa em Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da UnB, membro do Laboratório Matula - sociabilidades, diferenças e desigualdades.

E-mail: roseturkalunga@gmail.com

**Welitânia de Oliveira Rocha** | Universidade de Brasília (UnB), Brasil

Weli Maranhão. Filha de Quebradeira de Coco Babaçu e neta de benzedeira. Professora, pesquisadora e educadora. Mestra e doutoranda no Programa em Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da UnB, membro do Laboratório Matula - sociabilidades, diferenças e desigualdades.

E-mail: oliveirawelitania@gmail.com

Escrevemos, em 2021, uma carta aberta às crianças, jovens e adultos com o objetivo de mostrar um pouco como foi o enfrentamento da covid-19 no Quilombo Kalunga. Era para dizer que não esquecemos de contar às crianças do futuro um pouco deste período. A nossa carta intitulada “Uma colcha de retalhos sobre o hoje para a criança do amanhã” é um convite coletivo e cheio de afeto sobre a vivência da nossa comunidade nos anos da pandemia. Hoje, buscamos refletir sobre as “sequelas” que carregamos em nossos corpos e mentes por termos experimentado um momento de desafios, que foi atravessado por sentimentos tais como dor, empatia e resiliência. Foi e é muita luta!

Sabemos, como mencionamos na primeira carta, que não é a primeira vez que temos que enfrentar uma pandemia, viver preocupados com o número de mortes, pensar nas perdas e ter medo de morrer. Carregamos na memória corporal e territorial a invasão

de momentos pandêmicos que foram avassaladores. Os adoecimentos se alastravam sobre nós e isso não era motivo de preocupação por parte dos poderes coloniais. A nossa posição sempre foi de resistir no coletivo, construímos redes de solidariedade, repassamos conhecimentos e compartilhamos o cuidado. Contribuímos no cuidado de muitas pessoas com nossas práticas de saúde ancestrais. Somos povos da luta e da resistência, mas, sobretudo, somos povos da união, do afeto, do amor e da sabedoria. Foi toda a gama de conhecimentos que temos e mobilizamos para enfrentar a covid-19 que nos ajudou a criar barreiras visíveis e invisíveis contra o vírus.

As vozes que pensamos em trazer para essa nova carta estão conectadas com a forma como circulamos entre os territórios. Queremos destacar que mencionamos territórios por acreditarmos que estamos falando de vários. Um desses é o nosso primeiro corpo, esse carrega o que somos e de onde somos, e outro é onde vivemos ou de onde viemos - o território Kalunga, localizado no nordeste Goiano, onde vivem duas autoras, e o território das Quebradeiras de Coco do Bico do Papagaio, situado ao norte do estado do Tocantins, região de onde veio a família da terceira de nós. Incluímos aqui outros territórios em que nós três circulamos, criando as confluências e alianças que fazem de nós - ou o que as ciências e a lei denominam - de Povos e Comunidades Tradicionais. Nossas raízes estão relacionadas e fortalecidas com a terra, seu uso e sua proteção. Nossa relação com os territórios é de pertencimento ancestral, cultural, político e social. É deste lugar que falamos, escrevemos e vivenciamos de perto o que a pandemia causou a nós e aos nossos.

É, cara leitora, caro leitor, falamos a partir dessa carta, mas por meio de nossas mãos, corpos e tudo que nos compõem. Vivemos nesses últimos 3 anos intensas experiências, todas nós atravessamos a pandemia e vivenciamos seus desdobramentos. É para esses atravessamentos que direcionamos nosso olhar. Para iniciar essa conversa, perguntamos às leitoras: que mundo a gente pode deixar para as futuras gerações? Fazemos essa pergunta por acreditar que ela conecta passado, presente e futuro, na



medida em que o que vivenciamos hoje impacta o novo agora e o porvir, o que está por acontecer e também traz lembranças do passado. É nessa certeza que trazemos a fala dos mais velhos, as reflexões que assuntamos no dia a dia, nas conversas e nas rodas de amigas, na cozinha, na roça, nos festejos, nas associações, nas reuniões e assembleias.

Queremos trazer pontos importantes do nosso cotidiano pandêmico para mostrar os desafios que a covid-19 causou, intensificou e escancarou. Neste sentido, queremos contar a vocês um pouco sobre a situação da educação, da saúde e do trabalho em tempos pandêmicos.

Antes disso, é importante marcarmos para nossas leitoras e leitores que neste período vivíamos em tempos difíceis, se pensarmos em políticas públicas, questões ambientais e nos direitos humanos, pois o avanço da extrema-direita em toda América Latina descortinava um lado da política extremamente desfavorável para todas as pautas sociais.

Diante das nossas conversas, rememoramos com muita tristeza o fato de percebermos que neste período as desigualdades se intensificaram de uma forma alarmante, fazendo com que este contexto ficasse na nossa memória como um dos momentos mais difíceis da história recente.

Nesse período, era comum ouvirmos dizer: “Estamos todos no mesmo barco”. Porém, para nós a frase seria: “Estamos todos no mesmo mar, mas com embarcações e equipamentos diferentes”. É por isso que iniciamos falando da precarização do trabalho e reiteramos que é uma lorota acreditarmos que estamos no mesmo barco, pois, quando o vírus chegou os primeiros impactados foram os trabalhadores de frentes diversas, dos trabalhos formais aos informais, ambos na esteira da precarização.

Mas aqui destacamos o trabalho das domésticas, babás, cuidadoras, diaristas, porteiros, motoristas de ônibus, cobradores, garis. Vocês poderiam nos indagar, por quê? E a



resposta nos atravessa de forma expressiva: são trabalhos que são realizados em sua maioria por pessoas, pobres, periféricas e negras.

Voltamos no passado com muita dor no coração, recordamos do primeiro caso da covid-19 dentro do Quilombo Kalunga, na comunidade Diadema. Somos corpos territorializados em movimento, e por isso uma Quilombola Kalunga, cuidadora de idosos que residia na cidade de Brasília – DF. Ela tinha uma dinâmica de trabalho dividida de forma quinzenal. Assim, morava no local e oferecia seu serviço a cada 15 dias do mês e nos outros 15 dias voltava para a comunidade.

Dentro dos 15 dias que passava na dependência do seu serviço, a sua patroa foi para o hospital e lá testou positivo para a covid-19, e assim manteve-se no hospital internada. A nossa irmã Quilombola recebeu a ordem do filho da patroa que a dispensou e orientou dizendo que se manifestasse sintomas a mesma procurasse o serviço público de saúde. Vejam só, como mencionamos: queriam supor que estávamos no mesmo barco? Acessaríamos as tecnologias de cuidado da mesma forma? Os serviços de saúde? Este breve relato nos mostra os mecanismos coloniais diários, bem como a dinâmica precária do trabalho das cuidadoras e domésticas. É importante destacar que no meio de tudo isso que estávamos vivendo os direitos trabalhistas foram flexibilizados, e neste bojo tivemos a aprovação da reforma trabalhista e a extinção do Ministério do Trabalho.

Em diálogo com a precarização do trabalho, temos o fato de não termos as mesmas condições de assistência à saúde em todos os municípios brasileiros. Neste sentido, quando a nossa irmã Kalunga retornou ao território, a primeira questão que nos veio em mente foi: Por que mandaram ela para cá, se não temos estrutura alguma e não temos como realizar os testes? O hospital municipal não possui nem capacidade para grandes atendimentos e muito menos equipamentos necessários, tampouco estavam realizando os testes. A pergunta nossa hoje é: Por que ela não poderia continuar lá? Por



que ela teve que vir para cá? Uma vez que ela estava dentro da capital federal e mais próxima dos hospitais com todos os recursos possíveis. Ousamos responder: velhos costumes, velhas estruturas, reproduzidas através da colonização, sinalizando o racismo estrutural.

Somando-se a isso, lembramos como foi difícil termos o direito à vacina. Brigamos para estar na lista de grupos prioritários e mesmo assim ainda ouvíamos que não deveríamos estar nesse grupo, sofreremos ataques. Ao mesmo tempo, os profissionais de saúde e a população em geral passavam a apresentar um alto índice de contaminação, o que levou a uma competição pelas vacinas, por salvação, excluindo todo o contorno solidário de observar os grupos prioritários. É importante rememorar que durante a vacinação tivemos problemas com relação aos estudantes quilombolas que não estavam no território, que tiveram seu direito à vacinação negado nas cidades onde se encontravam.

Relembramos também que nos territórios houve um aumento do número de grávidas, o que, apesar de ser um momento importante e bonito, causava em algumas gestantes uma certa preocupação pelo medo de contaminação delas e dos recém-nascidos. Elas precisavam se deslocar das comunidades para as cidades mais próximas para realizar os partos. É importante frisarmos que a falta de um diálogo intercultural entre a medicina ocidental e tradicional impossibilitava a participação das parteiras neste momento, sendo realizado partos em casos específicos, mesmo sem o diálogo entre os dois processos de cura. Precisamos marcar a importância dos cuidados que realizamos com os medicamentos dos nossos quintais, terreiros e territórios, onde encontramos as ervas e sementes para a produção dos nossos chás e xaropes e garrafadas. Eles salvaram muitos de nós, aliviaram sintomas.

A educação foi outro cenário devastador para os estudantes quilombolas e demais comunidades tradicionais. Além da instalação da pandemia, a educação passava por um

momento de desmonte, em que a educação na zona rural sofreu intensamente com uma desestruturação organizada. Aqui, no Quilombo Kalunga, estávamos em um momento transição para o Programa de Mediação Tecnológica Goiás Tec.

Caras leitoras e leitores, o plano do desgoverno já estava sendo implementado no nordeste do estado de Goiás. Rememoramos a agonia dos primeiros momentos, em que íamos à escola pegar as atividades e com um prazo de uma semana devolvíamos os exercícios. Essa foi a dinâmica de estudo dos quilombolas, sem aulas online, sem internet, sem computador. Fomos afetados no processo de aprendizagem com a dinâmica virtual, pois até hoje nem todo mundo tem internet em casa, sem contar a instabilidade na conexão.

Acreditamos que este seja um assunto para mergulharmos em outro momento, e por isso apenas enfatizamos que o retrato do Goiás se replicava Brasil afora, com a constante mobilização do governo na insistência para efetivar um sistema de ensino remoto. Isso nos sinalizava que a ênfase estava na lógica do ensino privado, o diálogo era com eles. A partir da nossa própria vivência, enquanto estudantes e professoras nos estados do Goiás, Tocantins, Maranhão e no Distrito Federal, dispersas por esses territórios, compartilhamos agora nossas experiências e percebemos que, naquele período, passamos por situações semelhantes, problemas em comum que nos marcavam e retiravam o direito à educação, mas também a escuta e o diálogo com o governo. Era constante o processo de precarização da educação, marcada por desigualdades de acesso à internet e aos meios digitais. Não estávamos nas mesmas condições de acesso e permanência no ensino, não tínhamos o espaço adequado em casa, compartilhando quarto, sala e todo o ambiente com nossos familiares, não havia condições para lecionar ou mesmo assistir às aulas.

É importante mencionarmos que o retrato que trazemos é apenas um espectro do que foi vivenciado na pandemia, marcando sobretudo os fluxos das andanças que fazemos

nos territórios e entre os mundos. O mundo do trabalho, da saúde, da educação, o mundo do outro, e o nosso próprio mundo, e a forma como o vírus nos paralisou, nos impactou diz muito sobre como a sociedade brasileira é organizada a partir de uma tríade racista, sexista e patriarcal que segue vitimando nossos corpos e afetando nossas formas próprias de re-existir. Sabemos que deixamos aberto vários fios e a intenção é que a carta chegue até vocês e cause reflexões, pois, temos consciência de que o que vivemos foi um momento pandêmico coletivo, mas que nos impactou de formas diversas. Esta carta não é a carta final, pois se trata de um passado presente que continuaremos refletindo, e que deve alcançar o futuro como um relato do que presenciamos.

